

*Norma Missae Takeuti\*\**

**E**sta discussão parte de uma análise que faço em torno de um projeto, Rede e Juventudes no Nordeste Brasileiro, do qual fazem parte os jovens de um projeto local, em Natal, Rio Grande do Norte, que se realiza a partir de um fórum que vou denominar, nesta comunicação, de “Fórum GENS de Combate à Pobreza com Protagonismo Juvenil”. Este fórum congrega 11 parceiras: Organizações não-governamentais (ONGs), Universidade e uma fundação filantrópica, sobre a qual pincelarei, posteriormente, algumas de suas características.

A premissa de partida para a análise da rede é a de que se trata de um campo atravessado por duas lógicas antagônicas: a “lógica utilitarista” e a “lógica solidária” (antiutilitarista). Analiso esse campo como um “campo magnético de forças”<sup>1</sup>, em que entram em relação

\* Trabalho apresentado na mesa redonda “Cidadania, Redes Sociais e Dádiva”, no XI Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, CISO, ocorrido na Universidade Federal de Sergipe em agosto de 2003.

\*\* Professora-pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pós-doutorado na UFR – Sciences Sociales de l’Université Paris 7, Denis-Diderot, França (2001). Doutorado Université Paris 9, Dauphine, França (1985).

<sup>1</sup> Conforme a abordagem de P. Bourdieu (1987, 1989, 1992).

atores diversificados, possuindo contradições internas e lógicas específicas, próprias ao campo a que pertencem e que, forçosamente, são conflitantes num mesmo espaço social, qual seja, o “terceiro setor”. Temos, ainda, muito a observar para sabermos o que vai decididamente significar o que se chama de “terceiro setor”. Há, hoje, pistas de sua provável configuração, em que se esboçam certos “possíveis”. A única certeza é que minhas análises não me alinham com teses que colocam, categoricamente, esse setor como antagônico ao capitalismo. Espero, nesta comunicação, explicitar alguns dos termos, conceitos e relações (ambivalentes) que se produzem nesse campo, de modo a demonstrar a tese de que uma lógica não exclui a outra e que elas se podem contaminar mais do que se pensa num primeiro momento, abrindo brechas para resultados inesperados.

## 1. CARACTERIZAÇÃO DO FÓRUM E DA REDE DE JUVENTUDES

O “Fórum GENS de combate à pobreza com protagonismo juvenil” constitui-se numa rede local (extensiva) e congrega, os seguintes parceiros:

- nove organizações não-governamentais atuantes no segmento juvenil, na zona Oeste de Natal;
- jovens de cinco bairros dessa zona, com estruturas física e social consideradas, interna e externamente, como as mais críticas da cidade, o que retira as possibilidades de concretização de realizações dos seus moradores tanto no plano cultural (de desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, a partir da socialização básica), no plano político (de prevalência de seus direitos sociais fundamentais) e no plano simbólico (de reconhecimento de suas pessoas enquanto sujeitos integrantes da sociedade oficial), como no plano emocional (pensamos, mais particularmente, na população adolescente que se vê “sustada” em seu processo de desenvolvimento emocional);

- a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFS, através da Pró-reitoria de Extensão Universitária, reunindo pesquisadores das áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, História, Psicologia, enfim, uma equipe interdisciplinar, em seus objetivos de interação e intervenção nas comunidades locais;
- uma organização filantrópica<sup>2</sup> que, sob forma de fundação (chamarei aqui de Fundação K), está voltada para o financiamento de projetos sociais que desenvolvem ações junto à juventude na dita "situação de risco social".
- o governo, através de suas instituições locais e estaduais voltadas para a implementação das ações que "regulam" o campo da infância e juventude.

Este projeto, "Rede e Juventudes" teve início em 2000, a partir da mobilização de algumas entidades não-governamentais em torno de um edital da Fundação K, voltado para financiar projetos sociais de organizações em rede que se inscrevessem em seu "plano estratégico da região da América Latina e Caribe", qual seja, o de "disseminar estratégias para romper o ciclo da pobreza através da promoção do desenvolvimento saudável dos jovens, propiciando sua participação em comunidades socioeconomicamente dinâmicas"<sup>3</sup>.

Do ponto de vista das ONGs, elas se reúnem<sup>4</sup> porque entendem que suas experiências e o "capital social"<sup>5</sup> adquirido permaneciam num âmbito restrito a um setor específico, de uma dada comunidade, tendo impacto social bastante reduzido ou seus objetivos transformados em ações tópicas e emergenciais, do tipo "assistencialista". Elas entendiam, ainda, que uma associação em rede possibilitaria não só a captação de mais recursos financeiros, mas também a potencialização de suas ações, além de obtenção de maior legitimidade para a sua consolidação, enquanto terceiro setor.

<sup>2</sup> Também denominada "organização empresarial de investimento social institucionalizada como terceiro setor" ou "empresa cidadã" (PAOLL, 2002).

<sup>3</sup> Conforme documento da Fundação K.

<sup>4</sup> Não sem dificuldades, por conta da diversidade e diferenciação nos objetivos, enfoques e práticas.

<sup>5</sup> Conforme R. D. Putnam, 1996.



A universidade, nos seus objetivos de interação e intervenção nas comunidades locais, entra nessa parceria, num primeiro momento, confrontando-se com algumas dificuldades, uma vez que sua agregação é vivida pelos demais parceiros como uma “imposição” da Fundação K e os primeiros acertos não ocorrem sem constrangimentos, necessitando-se de muitas sessões de regulação, até a sincronização dos passos a serem dados conjuntamente. Vou esclarecer melhor isso no momento em que estiver explicitando as contradições inerentes a cada segmento da rede e os conflitos subjacentes entre eles, na disputa pelo monopólio de suas visões.

No momento, quero, ainda, assinalar alguns aspectos importantes desse campo de análise:

- **PRIMEIRO ASPECTO** – A forte presença da entidade financiadora “ditando” diretrizes, estratégias e conceitos de atuação no campo juvenil caracterizado pela pobreza e exclusão. Por exemplo, conceitos como “empoderamento”, “protagonismo juvenil” e “combate à pobreza” figuram, no projeto inicial, como termos definidos *a priori*, portanto, indiscutíveis. Uma primeira leitura do projeto despertava uma interrogação incontornável: se, de um lado, seu plano estratégico pretendia “combater” a pobreza nas comunidades locais e mais vulneráveis socialmente, através do desenvolvimento do “protagonismo” juvenil nas próprias comunidades, não haveria então que se ter, de outro, a pretensão de rever os elos estruturais que produzem a pobreza e a exclusão, afetando intensamente a população jovem? Voltarei ao assunto.
- **SEGUNDO ASPECTO** – O plano estratégico da entidade financiadora colocava, como condição, a presença de jovens na organização e na gestão da rede. Assim, constituiu-se a “coordenação de jovens” por bairro e um fórum de “articuladores jovens” do projeto, que passaram a fazer parte de sua estrutura decisória.
- **TERCEIRO ASPECTO** – Para a complementação do projeto local, a Fundação K abriu uma outra linha de financiamento de projetos em rede (a nível regional), em 2002. Ela nomeia um dos seus

consultores para coordenar o Projeto Rede e Juventudes<sup>6</sup>, a fim de “potencializar as ações em prol do desenvolvimento dos jovens das instituições por ela apoiadas no Nordeste do Brasil”. O projeto busca “o estabelecimento de mecanismos de rede entre os projetos e alinhamento de estratégias para influenciar políticas públicas de juventude”. São, hoje, em torno de 25 ONGs agrupadas no projeto, entre elas, organizações em rede como o “Fórum GENS”. Circulam na rede não só grupos financiados pela fundação, mas, também, grupos que possuem projetos e alguma experiência inovadora de organização de trabalho (cooperativas produtivas ou associações de serviço) e de geração de renda (empreendimentos juvenis e redes de economia solidária). A base prática sobre a qual a rede regional busca trabalhar, para construir novas práticas e conceitos, é fundamentada em duas linhas temáticas: (a) temática do “trabalho, da inserção do jovem no mercado e nas atividades produtivas e de geração de renda”; (b) temática da “cultura e comunicação”.

No plano teórico, ambos os projetos (local e regional) têm premissas e objetivos bem formulados e coerentes com os princípios de uma rede solidária. Não obstante, permanecem, sobretudo no plano prático, algumas questões não resolvidas, pois elas são, ainda, precariamente refletidas pelos jovens e pelo conjunto dos atores intervenientes.

Situado e caracterizado o campo de análise e baseando-me nesses primeiros dados, levanto algumas questões, dentre as quais procuro, no âmbito desta comunicação, responder algumas delas ou minimamente esboçar um início de resposta:

- Em que pesa ou favorece a interação com o Capital (através da Fundação K) na construção de redes juvenis? Em que medida podemos situar a rede, ora em questão, como solidária a partir do

<sup>6</sup> A coordenação do projeto encontra-se na cidade de Recife, Pernambuco, com o papel de identificar pontos de contato, interesses e problemáticas comuns entre os participantes da rede, como também com o de facilitar a troca de idéias, de possibilitar momentos de trocas de experiências, confrontando práticas de trabalho sobre questões afins, e de levantar algumas das necessidades dos projetos em termos de apoio e assessoria técnica.

fato de as “regras do jogo” (quem pode entrar na rede, quem coordena as ações, aprovando e desaprova projetos, enviando consultores para reorientá-los e formar educadores e jovens, no quadro de suas estratégias<sup>7</sup> serem ditadas pelo grande financiador das atividades e dos eventos?

- Ademais, que “capital” os jovens do “Fórum GENS” estão pondo em circulação? Qual é o “capital” incorporado por eles, a partir de sua participação em projetos de rede social? A relação ao dinheiro não é excluída, mas qual seria a “moeda” que, predominantemente, circula nessa rede? Que significação de “reciprocidade” prevalece na rede e dita as relações entre os jovens, entre eles e educadores e pesquisadores, entre esses e a Fundação K e seus consultores? Ou seja, como circulam as trocas ou “outra coisa”? Nessa relação, o que o jovem recebe e o que ele está dando?
- Em todas essas relações entrecruzadas, nesse campo, o que está se visando com respeito ao *espaço público*, tradicionalmente regulado pelo Estado?
- Por último, sem esgotar, contudo, as questões que se colocam no campo de análise, partindo da hipótese que há nesse sistema de trocas, duas lógicas – tanto a instrumental quanto a solidária – atravessando essas experiências, em que cada uma delas concorre para o estabelecimento ou não de vínculos? Haveria “valor do vínculo”<sup>8</sup> introduzido nas práticas juvenis, em suas comunidades?

## 2. CAMPO E RELAÇÕES DE FORÇA

Eu me baseio em algumas noções de Bourdieu<sup>9</sup> para esclarecer minha posição teórica relativa a essa dimensão de análise. Por exemplo, é-me útil sua noção de “campo social”<sup>10</sup> como um “espaço de jogo social”,

<sup>7</sup> Ao mesmo tempo em que pregam o princípio da equivalência e o da reciprocidade no agir.

<sup>8</sup> Na perspectiva de J. T. Godbout (1999).

<sup>9</sup> Bourdieu, 1987, 1989, 1992.

<sup>10</sup> Bourdieu (*ibid.*) define campo como “conjunto de relações objetivas históricas entre posições enraizadas em certas formas de poder (ou de capital)”.



um lugar de “lutas simbólicas” para a “conservação” ou a “transformação das estruturas”, ou para a distribuição dos “capitais” nele existentes, e em que cada “agente social” (indivíduo, grupo ou instituição) aí entra dotado de um “conjunto de disposições”<sup>11</sup> (*habitus*) que implicam a capacidade de entrar no jogo e fazer o jogo. Justamente, uns entram, nesse campo específico<sup>12</sup>, mais dotados do que outros com recursos e capitais, tentando fazer prevalecer sua visão e ampliar sua parcela de “poder social”. “As interações que se dão aí são determinadas pelas relações objetivas entre as posições ocupadas”<sup>13</sup> por cada ator ou segmento.

No projeto, pode-se identificar dois grandes segmentos aliados, o dos jovens e o das ONGs, que se opõem ao segmento universidade, considerado pelos primeiros como o “campo das elites”, distanciado, em sua prática e teoria, da realidade social das comunidades “pobres”. Não tomemos, porém, essa oposição no sentido estrito da palavra e adotemos a *perspectiva multidimensional do espaço social*<sup>14</sup>, levando em conta as aproximações entre *classes de posições* diferentes, possuindo *homologia de posição*, num dado momento diante de objetivos comuns, mas também, levando em conta os distanciamentos entre elas em função da *economia das práticas* diferentes. É nesse sentido que vemos os conflitos latentes entre os segmentos, de um lado, ONGs e jovens e, de outro, universidade, que, em momentos de grandes decisões no projeto, se tornam manifestos. Haveria entre esses dois grandes blocos menos luta pelos recursos financeiros e mais luta pelo monopólio da decisão e do poder<sup>15</sup>.

<sup>11</sup> A cada *classe de posições* corresponde uma “classe de *habitus*”, signos distintivos de uma classe de posições, percebidos e reconhecidos no espaço social como categorias de divisão, classificação.

<sup>12</sup> Em que as esferas da produção econômica, política, científica e cultural se interpenetram e se constituem num espaço de conflitos e de concorrências.

<sup>13</sup> P. Bourdieu (1989, p.66).

<sup>14</sup> *Ibid.*

<sup>15</sup> Ao nível interpessoal, há um certo grau de entendimento e confiança entre as pessoas envolvidas no projeto. Contudo, há contradições estruturais, pertencentes a cada subcampo, que atravessam suas práticas comuns e que dizem respeito às visões e às ações características distintas, ou seja, ao conjunto de disposições ou *habitus* diferenciados que posicionam os atores sociais no campo social. Por exemplo, as ONGs contam com certos “padrões de laço” (FONTES, EICHNER, 2001, p.200) que conseguiram instituir naquelas comunidades em que o GENS procura intervir e sabem que disso decorre seu poder nos embates com a universidade e nas inflexões e decisões no “conselho gestor” do fórum.

Além do conflito entre instituições parceiras mas estruturalmente distintas no modo de pensar e de agir, há relações de força entre ONGs estruturalmente homólogas quanto ao pensamento e a prática. Entre as nove parceiras institucionais, há aquelas que possuem maiores trajetórias políticas que outras e que as fazem possuir não só um *capital político* acumulado, como também, um *capital social*<sup>16</sup> produzido nas suas diversas intervenções no âmbito de comunidades locais e que lhes amplia a legitimidade de ações e expressões, tanto nas comunidades onde atuam como no interior do conjunto das ONGs locais. É flagrante, nas relações entre as ONGs, a luta pelos recursos financeiros e pelo poder de decisão (quando parceiras). Porém, elas sabem que dependem dessa rede para um maior impacto de suas ações e para o acesso a recursos mais substantivos, como têm em conta a valorização, por parte dos órgãos financiadores<sup>17</sup>, da estrutura em redes.

No espaço desse jogo social, a Fundação K situa-se com seu poder que seria, em primeira instância, “indiscutível” e suas decisões, incontestáveis<sup>18</sup>, sobretudo, porque os seus objetivos aparentemente estão, perfeita e harmoniosamente, “alinhados” com os objetivos dos demais atores sociais do campo e, ainda por cima, porque ela se constitui na “grande provedora”. No entanto, é patente para todos, a Fundação K está usufruindo o “estoque” de pessoal formado, em lugar de construir “do nada” suas ações. Ela vem disponibilizar para ONGs, já implantadas no segmento de seu interesse, seu *capital* (econômico e tecnológico), tendo a sua disposição, com isso, experiências e formações específicas, bem como “capitais” relacional, social e político necessários para a consecução de seus interesses particulares. É certo que determinadas ONGs ou pessoas-chave de suas organizações possuem um “estoque” de *capital social* acumulado não desprezível: importante presença em certas comunidades – confiança, linguagem, trato no cotidiano com as famí-

<sup>16</sup> Putnam, *op.cit.*

<sup>17</sup> Alias, é muito comum ouvir o apelo, entre elas, da necessidade do “aprendizado de negociação e do consenso”.

<sup>18</sup> Assim como atestam os sentimentos manifestos pelos parceiros locais.



lias e os jovens que facilitam todo o trabalho de mobilização e sensibilização da importância do projeto, assim como capacidade de cooptar o trabalho voluntariado<sup>19</sup>. Nesse sentido, não haveria o altruísmo puro nas relações que as ditas “empresas cidadãs” estabelecem com as parceiras não-governamentais e a comunidade visada. Vou colocar, rapidamente, uma idéia que me é sensível e que está subjacente em minha análise: é a idéia que Bourdieu propõe sobre a eufemização da relação de dominação nas trocas de bens simbólicos, o que associa à pretendida ação filantrópica da Fundação K como representante do grande capital. Isto é: sou sensível à idéia de que haveria, no processo de construção de uma cidadania ativa da população jovem excluída, a dissimulação da dimensão econômica das práticas empresariais filantrópicas, embora eu não a tome como uma dimensão exclusivamente estruturante.

No campo de relações de força, há, ainda, os “jovens protagonistas” que aí entram com um suprimento de “recursos e capitais” bastante inferior em relação aos demais atores, além de não constituírem um grupo social com unidade ou identidade que os torne aliados com potencial de luta política – conhecemos bem as rivalidades dos jovens de bairros<sup>20</sup>. No âmbito do “Fórum GENS”, há as competições que se instalam entre os “jovens articuladores” de diferentes bairros e entre jovens pertencentes às ONGs. O conflito entre as ONGs atravessa as práticas dos jovens que terminam por se dividir. Há, ainda, uma espécie de hierarquia que se instala entre os articuladores e coordenadores de bairro e aqueles que ainda não se alçaram à condição de “protagonistas”, em seus respectivos bairros. Ou seja, estabelecem-se as diferenças pela classificação e pelas estratégias de distinção, entre os atores juvenis.

<sup>19</sup> Algumas ONGs possuem, ainda, um certo “capital político”, acumulado em sua trajetória de lutas pelos direitos sociais e humanos, como o CDHMP que tem um reconhecimento importante na cidade.

<sup>20</sup> Uma espécie de tradição que se perpetua sem que os sujeitos reconheçam as verdadeiras razões de suas rivalidades. Ver sobre essa questão em Takeuti, 2002.

### 3. CONTRADIÇÕES INTERNAS ESTRUTURAIS

Vou indicar algumas contradições internas estruturais de cada segmento, pois penso que elas têm um importante peso no jogo das relações no espaço social:

#### 3.1. A universidade:

Pauto-me em Boaventura Santos<sup>21</sup> para salientar algumas contradições principais, próprias à universidade, especialmente “entre algumas de suas funções e a idéia da universidade fundada na investigação livre e desinteressada e na unidade do saber”<sup>22</sup>. As principais contradições seriam então:

- contradição entre a produção da alta cultura (formação das elites) e a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos úteis para as tarefas de transformação social;
- contradição entre a hierarquização dos saberes especializados (restrições do acesso e da credenciação das competências) e as exigências sociopolíticas da democratização e da igualdade de oportunidades;
- contradição entre a reivindicação de sua autonomia (na definição dos valores e dos objetivos institucionais) e a submissão crescente a critérios de eficácia e de produtividade (de natureza empresarial).

<sup>21</sup> Santos, 1996.

<sup>22</sup> Tomando-se os três grandes eixos de atuação das universidades – ensino, pesquisa e extensão – e seguindo exposição de Santos (1996, p. 189), podemos perceber claramente as tensões presentes: no domínio da pesquisa, tensão entre os “interesses científicos dos pesquisadores” e o “interesse em fortalecer a competitividade da economia”; no eixo do ensino, tensão entre “os objetivos da educação geral e da preparação cultural” e os “objetivos da formação profissional ou da educação especializada”, contradição esta que se pode perfeitamente detectar, lembra-nos o autor; “na formulação dos planos de estudos da graduação e na tensão entre esta e a pós-graduação”; e, no eixo da extensão, a tensão que surge entre o “acionamento de mecanismos de seleção socialmente legitimados” e “a mobilidade social dos filhos e filhas das famílias operárias”, ou ainda, entre “a formação de dirigentes nacionais” e a “ênfase na prestação de serviços à comunidade local”.

- Assim, a universidade debate-se em suas próprias contradições estruturais e essa tensão se revela, indubitavelmente, em sua atuação em geral e, especialmente, em projetos como o que ora é discutido, em que duas lógicas antagônicas estão presentes, o que permite mais chances de reativarem-se seus conflitos “não trabalhados”.

### 3.2. As ONGs:

As ONGs têm ampliado suas funções, nestes últimos anos, quantitativa e qualitativamente, sobretudo como mediadoras das demandas populares junto ao poder público e, segundo Fontes e Eichner, mais do que isso, favorecendo a construção de “espaços de poder, campos de inserção de segmentos sociais que normalmente não encontram lugar nos canais políticos tradicionais”<sup>23</sup>.

Seu campo é, também, sujeito a algumas tensões<sup>24</sup> fundamentais: de um lado, elas se inspiram, essencialmente, na idéia da responsabilidade social e movem-se pelos objetivos de construção da cidadania, de conquista da igualdade, dos direitos sociais e individuais, de estabelecimento da solidariedade e de respeito à diferença; de outro, movimentam-se em busca de meios que as coloquem na perspectiva de profissionalização, haja vista a presença cada vez menor de voluntários. Voltadas para a “corrida” de captação dos recursos financeiros e incorporação dos instrumentos de gestão empresarial, agregam, também, os princípios da lógica do capital.

<sup>23</sup> Fontes, Eichner, 2001, p. 208.

<sup>24</sup> É flagrante a ambivalência entre suas práticas e discursos. Há autores (a exemplo de Paoli, *op. cit.*, p.406) que sugerem, contudo, uma idéia a-conflitual nessa ambivalência: uma espécie de “convivência pacífica entre a responsabilidade social e a introdução da lógica mercantil na eficácia que [as ONGs] devem demonstrar”. Outros, como Fontes e Eichner (*op. cit.*), apontam um grave conflito de “identidade ou missão” da ONG, “entre o ser e o agir”, a tal ponto que certas questões, estratégicas para o bom desempenho da instituição, se apresentam incompatíveis com sua representação identitária, nas perspectivas tanto de seus membros como da sociedade.



É próprio delas a dependência de recursos externos, públicos e privados, mas é próprio também delas, o caráter público de suas ações. Mesmo em competição e em conflito, procuram desenvolver o debate social, num exercício que envolve propostas de atores diversos, configurando-se um processo decisório mais horizontalizado<sup>25</sup> e uma forma de interação mais dialógica, que, aliás, mantém o dissenso como condição da dialogia.

### 3.3. A organização empresarial filantrópica

Nos últimos anos, no Brasil, temos visto o crescente discurso da “responsabilidade social das empresas”, no sentido de participarem, como atores importantes, junto às organizações não-governamentais, na empreitada de construção de uma cidadania ativa, sobretudo da concernente à população dita carente e excluída. Insuflado pelo espírito da solidariedade, esse segmento, corporificado pelo capital, reagiria aos efcitos perversos da racionalidade excessivamente tecno-pragmática do mundo empresarial, quando ele próprio se encontra no núcleo de sua produção, e lançar-se-ia na “cruzada humanitária” através do “protagonismo social empresarial”, segundo Paoli<sup>26</sup>. Aliás, essa mesma autora constata que, no discurso do desenvolvimento da “consciência de cidadania” e no “debate sobre a atual política econômica” do empresariado, não há qualquer questionamento “sobre as fontes de produção da miséria”<sup>27</sup>.

À parte o quinhão do poder social assegurado, minimamente, sobre as comunidades em que atuam, esse “novo empresariado” se situa na encruzilhada de duas lógicas antagônicas: a lógica mercantil e a “lógica da dádiva” ou da generosidade. Os conceitos de “eficiência”, “eficácia”, “produtividade”, “previsibilidade” e, até mesmo, de “rentabilidade”, não podem deixar de estar presentes em suas ações filantrópicas, tanto quanto os conceitos de “solidariedade”, “cooperação”, “participação” e de “in-

<sup>25</sup> Essa perspectiva de horizontalidade fica garantida pelo “interesse” comum, que permite a cada um considerar seus objetivos particulares.

<sup>26</sup> Paoli, *op. cit.*, p. 391.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 386.

certeza” ou “indeterminação”. Seria um tanto redutor vermos esse segmento “agindo-e-agindo” por uma única determinação, a do lucro, pois, se elas desejam inscrever-se no espaço público, precisam aderir às regras do jogo corrente nesse espaço, primando pelos princípios animados pela lógica social e da ação coletiva<sup>28</sup>, sob pena de não realizar o “milagre da cidadania da doação”<sup>29</sup> tão necessário quanto a produtividade para sua própria reprodução. Sobre esse milagre, há análises que apontam ser ele o “investimento social” das empresas, um agregador de valor a sua imagem, no sentido econômico da palavra<sup>30</sup>.

### 3.4. Os jovens protagonistas

Quanto às contradições internas estruturais do segmento jovem, elas são inúmeras e intensas. Tomemos somente algumas delas para continuar esta análise. Os jovens são “apanhados” de surpresa, quando interpelados para tornarem-se “protagonistas juvenis” no Fórum GENS. Enredados num universo de significações sociais que os destituem da condição de sujeitos de reconhecimento na sociedade, da qual nunca receberam recursos ou suprimentos necessários para a ela se integrem, perguntam-se sobre o significado do “protagonismo juvenil”.

<sup>28</sup> Note-se que a agenda do GENS foi feita num trabalho conjunto: primeiro, entre os parceiros locais, junto com os jovens; num segundo momento, contou-se também com a presença dos consultores da Fundação K, muito embora eles estivessem imbuídos da missão de “repasso técnico” e de “revisão” de certos itens do projeto não “tão bem elaborado” pelos parceiros locais. Não se pode dizer, contudo, que houve uma agenda definida, unilateralmente, pelo parceiro financiador que, aliás, sintomaticamente, deixou margem para a iniciativa local, não antes, porém, de caracterizar o projeto como um “investimento de risco”, significando, com isso, a possibilidade de uma expectativa frustrada quanto aos resultados desejados, em seu ponto de vista. A propósito, nossa hipótese é que o projeto regional de Rede e Juventudes decorre da necessidade em se minimizar os “riscos” dos seus projetos sociais.

<sup>29</sup> Segundo Paoli (*op. cit.*, p. 408) o trabalho voluntário, no Brasil, representa 12 milhões de pessoas (valor de trabalho não-pago) que transmitem suas experiências, seus conhecimentos e que permitem multiplicar os recursos doados pelas empresas. As doações financeiras da classe média brasileira, às instituições privadas sociais, representam 2/3 dos recursos utilizados. Essas e mais as contribuições públicas preenchem os programas sociais das empresas.

<sup>30</sup> Paoli, *op. cit.*, P. 395.

Numa pesquisa anterior<sup>31</sup>, abordei a questão das subjetividades comprometidas num processo social altamente destrutivo para um indivíduo jovem, que se encontra em fase de desenvolvimento emocional. Abordei, então, as questões dos estigmas, dos preconceitos, das discriminações sociais e do círculo da violência (física, social, psicológica e simbólica) que capturam a subjetividade juvenil. Portanto, sentindo-se invalidados e desqualificados socialmente e relegados dos diversos planos da sociedade e do Estado, agora, de repente, são invocados a tornarem-se “protagonistas”. As questões são: “Protagonistas” de que história, de que cenário, de que enredo? E com que condições? Será que esse “protagonismo” se resume a ocupar o lugar de “figurantes”?<sup>32</sup>

Há muito, ainda, a compreender-se neste apelo ao jovem adolescente das periferias sociais, o de ocupar um lugar social que antes lhe era vetado. A palavra “empoderamento” dos jovens, que lhes foi repassada como o mote de suas participações, nem sequer existe no dicionário de língua portuguesa. Há, certamente, uma busca de construção do significado de “protagonismo” e parece-me necessário, aí, agregar a seguinte questão: A quem serve ou servirá esse protagonismo juvenil? Isso, do ponto de vista de quem? Essas questões estão associadas a palavras de ordem tais como “cidadania”, “participação”, “cooperação”, “ação coletiva”, “sustentabilidade”, “rede”, “igualdade”, “respeito à diferença”, mas, também, a “liderança”, “eficácia”, “poder”, “estratégia”, “produtividade”<sup>33</sup>. Tais expressões materializam as duas lógicas antagônicas que,

<sup>31</sup> Takeuti, *op. cit.*

<sup>32</sup> Assim, estariam tão somente numa posição de impossibilidade de rupturas, confirmando uma certa tese de P. Bourdieu (1989, p. 151-157) segundo a qual “os que ocupam as posições dominadas no espaço social estão em posições dominadas no campo de produção simbólica [e] não têm como acessar aos instrumentos de produção simbólica e aos instrumentos de ruptura com as representações”?

<sup>33</sup> A esses termos, insuficientemente refletidos e debatidos, associa-se, também, outra idéia emergente, a do “terceiro setor”, que está, por sua vez, conectada com a idéia de “formulação de políticas públicas no campo da juventude”. “O entendimento do protagonismo reveste-se de significados culturais, econômicos e sociais; ou seja, o GENS deve ser capaz de dar conta da tarefa de sistematizar essas experiências e propor tecnologia que contribuam para o fortalecimento das potencialidades e habilidades desses jovens para ingresso no processo produtivo, sustentável, respeitando sua história de vida e a cultura local, mas, ao mesmo tempo, mobilizando e influenciando novos atores sociais em direção à construção da cidadania ativa, em torno de um projeto coletivo de mudança da realidade de pobreza enfrentada pelos jovens, sobretudo, no processo de formulação de políticas públicas” (Projeto GENS, fase II, p. 17).



presentes nesse campo específico, coexistem nas representações e discursos dos jovens, não sem conflitos.

Para esta análise, acho, portanto, necessário ter em perspectiva a contradição fundamental que atravessa os jovens ao projetarem-se no espaço do “protagonismo juvenil”: de um lado, a interpelação para o fortalecimento de suas potencialidades e habilidades para ingresso no processo produtivo, denotando a entrada num universo de significações em que predominam as idéias de excelência, diferenciação, produtividade, individualismo, competitividade, desconfiança e, de outro, a interpelação para o sentido de construção de cidadania ativa, o que implica solidariedade, a cooperação, confiança, reciprocidade, igualdade<sup>34</sup>.

#### 4. O “VALOR DO VÍNCULO” E O CAMPO DO “PROTAGONISMO JUVENIL”

Como um último ponto de análise, quero rapidamente discutir sobre que aspectos o paradoxo desse campo influenciam as representações, os discursos e as relações do ator jovem. Afinal, ele não foi eleito para ser o protagonista principal nessa rede social?

Acho importante frisar que não analiso sob a ótica de que o “terceiro setor” esteja dominado essencialmente pela lógica utilitarista, através das ações das empresas filantrópicas, e que estaria, afinal, produzindo tão-somente “cidadãos subalternos”<sup>35</sup>, necessários para a reprodução do capital.

<sup>34</sup> Agreguem-se, aí, as questões lançadas por Santos (2003, p. 25), no tocante às tensões entre diferença e igualdade: “Como é possível, ao mesmo tempo, exigir que seja reconhecida a diferença, tal como ela se constituiu através da história, e exigir que os ‘outros’ nos olhem como iguais e reconheçam em nós os mesmos direitos de que são titulares? [...] Como compatibilizar a reivindicação de uma diferença enquanto coletivo e, ao mesmo tempo, combater as relações de desigualdade e de opressão que se constituem acompanhando a diferença? [...] Como reinventar as cidadanias que consigam, ao mesmo tempo, ser cosmopolitas e locais?”

<sup>35</sup> “[...] os empresários ocupam [o espaço da ação social privada, não-estatal] a seu modo, tornando a participação civil voluntária parte da nova e excludente eficiência produtiva, fundamentalmente operando através da seletividade das parcelas da população a serem integradas e do controle de quem é supérfluo a este movimento” (Paoli, *op. cit.*, p. 387).

Não deixam de ser interessantes certas análises sobre o “terceiro setor”, que consideram a empresa cidadã animada na busca do monopólio do poder social e, a partir daí, querendo ocupar o lugar de um “Estado ausente”. Porém, tais visões parecem estar comprometidas por não englobarem as possibilidades de outros contextos e situações que produzam sujeitos outros, que não os subalternos. Elas não levam em conta, suficientemente, o fato de esse campo ser, também atravessado por uma outra lógica, o que produz um movimento inverso, tão importante quanto o outro. Isto posto, não se exclui aqui que haja projetos sociais que privilegiem a lógica mercantil.

Ora, duas lógicas antagônicas e atuantes conjuntamente não podem produzir efeitos unilaterais, mas sim um amálgama de resultados que se colocam para os parceiros jovens como uma “injunção paradoxal” e que os fazem viver suas experiências na rede de maneira ambivalente.

Por um lado, a rede propicia-lhes oportunidades de realização de “sonhos” no plano coletivo e, também, no plano individual: chances de conhecer outras visões de mundo, de apreender novas experiências, de tecer novos elos, de “navegar” por novos espaços.

De outro, a rede, sobretudo a rede regional, é vivida como uma hierarquia<sup>36</sup>. O princípio do trabalho em rede é colocado como “algo a fazer junto com os jovens”. No entanto, a prática revela-se, para eles, como “algo que

<sup>36</sup> A concentração do poder decisório na coordenação executiva (da rede local e regional) é uma temática constante nas discussões dos jovens. A coordenação regional, por exemplo, teria, inclusive, “questionado o rodízio entre os jovens participantes”, porque, em seu entender, é mais apropriado um “grupo fixo” dominando o conhecimento de todo o processo em rede. Pretendendo mais eficácia para as ações desenvolvidas, a Fundação K busca traçar “o perfil dos jovens participantes das iniciativas promovidas pelo Projeto Redes e Juventudes” (p. 14, relatório de atividades da coordenação do Projeto Rede e Juventudes). Perguntam-se os jovens: Como podem sempre os mesmos dominar todas as temáticas de discussão que surgem no seio de uma rede? “Ora, se a discussão, pós-viagem ao evento da rede, ocorresse na localidade e redundasse em algum tipo de ação, todos estariam, em princípio, capacitados para participar de qualquer evento”, concluem os jovens. Nesse momento, a crítica recai na concentração de informações em nível de coordenação executiva local. Haveria o monopólio da informação entre as coordenações: o fluxo de informações dá-se de coordenação para coordenação (geralmente, composta por educadores e consultores). As questões da adesão e da participação livre existem no fórum local, mas a participação no projeto “Redes e Juventudes” dá-se por um processo seletivo, por instituição. Nota-se, então, que, na rede regional, a conexão não se dá espontaneamente, por livre iniciativa dos jovens, tampouco das instituições a que pertencem, mas pela iniciativa da coordenação do projeto, ou seja, da Fundação K.

se está fazendo para eles e muito pouco com eles<sup>37</sup>. O campo da estruturação da rede fica sob o domínio da coordenação<sup>38</sup>, e não em função de processos, de novas conexões e de novos atores. Podemos interrogar sobre a possibilidade de agregação nesse tipo de rede centralizado ou, talvez seja melhor dizer, sua integração com outras redes (locais, regionais, nacionais, internacionais). Mais do que isso, a *intensividade* (qualidade de envolver o maior número possível de pessoas) e *extensividade* (qualidade de gerar novas células) ficam comprometidas numa rede concêntrica. Pergunto-me, então, até que ponto a tentativa da integração da diversidade, associada a uma gestão centralizadora, não reduz os diversos “diferentes” numa identidade que nega a “autonomia e a diferença da singularidade”, condição necessária para o funcionamento de uma rede que prime pela produção do “capital social”.

É manifesto, nos jovens, o sentimento de fragilidade dos vínculos<sup>39</sup> nas redes institucionalizadas<sup>40</sup>. Localmente, as vinculações entre os jovens, intra e interbairros, dão-se, privilegiadamente, pelas mediações

<sup>37</sup> O número de jovens do fórum GENS que participaram de atividades no projeto “Rede e Juventudes”, até hoje, é bastante reduzido. Segundo os jovens, a decisão sobre o representante do fórum local, em qualquer evento programado pela coordenação do projeto, deveria, em princípio, ocorrer em reuniões entre educadores e articuladores jovens dos bairros. No entanto, na prática, até o momento, a escolha tem sido feita pela coordenação local, que “informa” sua decisão aos jovens articuladores.

<sup>38</sup> A necessidade, por parte da coordenação da rede regional, de “construir uma linguagem comum, um horizonte comum de atuação, uma concepção compartilhada sobre o trabalho com jovens”, revela, sobretudo, que ela é ditada pela própria configuração da rede que, por sua vez, é centralizada e ditada pela necessidade de domínio de todo o conjunto e pela exigência de descartarem-se todas as possibilidades de indeterminação. Ora, a concertação não implica necessariamente “linguagem” e “visão” comuns.

<sup>39</sup> Os jovens olham com desconfiança para o projeto (tanto local, como regional) que se quer institucionalizar como rede social, passando-se pela implementação de “ações estratégicas”, planejadas e calculadas.

<sup>40</sup> Os jovens articuladores intuem que a fragilidade dos vínculos decorre de contradição na própria prática dos educadores, técnicos e coordenadores: no discurso, prega-se, por exemplo, o princípio da reciprocidade, quando o próprio coordenador da rede se coloca no “centro” para orientar as relações que se devem estabelecer entre os membros e as organizações participantes ou, então, quando são onipresentes os discursos sobre a interatividade, a conectividade e a equivalência entre os diversos atores da rede e, na prática, estabelece-se um centro definindo as formas de comunicação entre os parceiros que se reconhecem na “diferença classificatória”. Classificação que se daria, segundo eles, no próprio grupo de jovens, os quais estariam animados pelo espírito individualista e pelas “estratégias de distinção” entre os pares.



dos educadores e eles próprios sentem isso como “algo artificial”<sup>41</sup>, pois, em vez de produção de vínculos, estaria havendo uma imposição de vínculos, em que uns se “obrigam” em relação a outros, sem estar a obrigação associada à idéia de liberdade, como no paradigma da dádiva.

Há, ainda, um outro aspecto que precisamos considerar nessa discussão, que os jovens levantam: a *liberdade* é um conceito que, no plano concreto, manifesta-se pelo exercício da *cidadania*, e esta supõe condições materiais, educativas, políticas e recursos informacionais. Então, aqui, há toda uma discussão a ser recuperada no plano da vulnerabilidade sociocultural dos jovens que se sentem privados dos necessários recursos e “capitais” (“capital cultural” e “capital simbólico”) para situarem-se melhor em seus próprios campos e efetuar as “amarrações”, ou seja, os vínculos que eles desejariam produzir, tal como se define na teoria a eles repassada. Mas como? Se eles não dispõem de informações qualitativas, tampouco estão predispostos à reflexão. Eles próprios constataam que o baixo “capital cultural” não os predispõe a um *habitus* reflexivo.

Então, se não é possível dizer que se trata, num primeiro momento, de uma rede de solidariedade espontânea, que emerge das próprias necessidades da comunidade jovem, tampouco se pode dizer que, pela presença dos mecanismos empresariais, via Fundação K, se trata de ações coletivas com características utilitaristas.

Continuo, pois, insistindo na questão: Em que medida a rede gera um “valor de vínculo”<sup>42</sup>, sustenta as ações locais dos jovens inseridos no fórum GENS e, principalmente, avança suas práticas em suas próprias co-

<sup>41</sup> As críticas dos jovens remetem-nos para um grave problema na rede, qual seja, o que diz respeito à circulação de um “valor” ou “capital”: em primeiro lugar, a nível local, “não está havendo repasse”, ou seja, uns e outros vão a viagens e participam das discussões que não estão sendo discutidas e aproveitadas a nível local; em segundo, eles percebem a rede juventudes “solta”, embora haja um centro, “não há amarração entre as partes”. Uma jovem participante de um acampamento latino-americano (Icapuí, Ceará), cujo objetivo era o de facilitar o estreitamento das “relações com e entre os jovens dos projetos, que até agora tinham tido poucas ocasiões para se encontrar”, observa que, embora se tenham oferecido “oficinas” de atividades conjuntas e “shows”, não houve “intercâmbio nem continuidade”: “a coisa foi e ficou solta [...] a gente não sabia em que estava participando”.

<sup>42</sup> Godbout, *op. cit.*

munidades, desejadas, como espaços habitados, pelo princípio de qualidade de vida? Como se inscreve a lógica da dádiva nesse circuito?

A noção de “valor de vínculo”, em Godbout, está estreitamente associada à noção de dádiva, a qual deve ser pensada fundamentalmente como relação social, ou seja, pensar em dádiva é pensar em vínculo social e vice-versa. Por escolha teórica, temos, necessariamente, que nos descentrarmos de uma visão maniqueísta, aquela que pressupõe uma única lógica (utilitarista) prevalente nas relações, portanto, “antivínculo”. Já a mencionei antes. A empresa, ao adentrar o campo, tem que, necessariamente, também operar com o paradigma da dádiva, sob pena de inviabilizar seus pretensos objetivos, quer seja o de recuperar os “resíduos” por ela produzidos, para serem “reciclados”, com fins produtivos, quer seja o de trilhar o “novo caminho de um capitalismo civilizado”. O paradigma que incide sobre relações de solidariedade, confiança, cooperação, reciprocidade, obrigação e liberdade, está presente (vide o projeto), embora a prática esteja contaminada por um outro paradigma, antagônico ao primeiro.

Os jovens e a comunidade apreendem a estruturação em rede como um importante manancial de recursos, não só no plano objetivo (emprego e renda, educação e saúde) como, também, no plano subjetivo (a abertura dos caminhos da resiliência), além de propiciar a possibilidade de aquisição de um *capital simbólico* (no plano do reconhecimento enquanto sujeito social)<sup>43</sup>

Tomemos, portanto, essa intuição dos jovens como ponto de partida para defender a tese de que a presença da lógica utilitarista não soçobriaria os laços que se tecem na vida quotidiana dos jovens acostumados a enfrentar adversidades e perigos. É certo que o individualismo está presente nas relações entre os jovens, mas há, aí, sua coexistência com uma sensibilidade solidária, própria do ambiente de suas comunidades.

<sup>43</sup> O relatório de diagnóstico interativo ilustra essas falas dos jovens que se orientam para a possibilidade de angariar um estoque de “capital social”, no sentido de Coleman e Putnam (Apud FONTES, EICHNER, *op. cit.*, p. 197): “[o desenvolvimento da] capacidade destas comunidades em lidar com os negócios públicos, seja empreendendo ações autonomamente, seja endereçando à esfera pública suas reivindicações.”

A população da periferia social tem um “acumulado” de experiências no enfrentamento cotidiano da pobreza com práticas de mútua ajuda<sup>44</sup>.

Em nosso grupo de discussão, havia jovens insistindo sobre a importância da afetividade na construção de vínculos, relatando, inclusive, experiências individuais e coletivas que dão consistência a um “fazer juntos”<sup>45</sup>. Assim, os jovens tecem vínculos na comunidade e interbairros, fora dessa teia institucional, ou seja, eles se nutrem das “redes submersas”<sup>46</sup> que são, na realidade, a sustentação das redes institucionalizadas que, por seu turno, podem nutri-las. Assim, algo a mais parece estar circulando na rede, entre os jovens (em suas brincadeiras, nos jogos de folguedo, nos encontros, nas oficinas diversas de trabalho), e que escapa aos “coordenadores” empenhados em homogeneizar as visões e linguagens. É nesse sentido que digo que há um “valor de vínculo” circulando entre eles. E é por isso que eu argumento que, mesmo quando o princípio do capital econômico atravessa ações nesse espaço social, ele deve aí entrar, também, promovendo laços, caso contrário ele não atingirá seus objetivos, tanto os explícitos como os implícitos<sup>47</sup>.

<sup>44</sup> Mães que cuidam dos filhos de outras que precisam se ausentar, mutirão de construção de barracos e casas, informações de boca a boca etc. São numerosos os estudos que mostram como se tecem redes de solidariedade espontâneas, nas comunidades cujas condições materiais, culturais e políticas são precárias e que salientam “as relações no cotidiano mais imediato dos indivíduos” ou seja, “seus vínculos culturais e simbólicos” (SHERER-WARREN, 1999, p. 35). Pensamos, igualmente, nas análises de M. de Certeau (1994).

<sup>45</sup> A jovem Lise (em nosso grupo de discussão) cita a mediação afetiva entre jovens, passando pela afinidade que uns e outros teriam com atividades de dança, música, esporte, artes (quadrilha junina, “skate”, “rap” etc.): “É querer estar juntos, participando, é querer se conhecer, é querer formar laços”. Essa mesma jovem conta sua experiência de estar, por algum tempo, afastada da turma de um outro bairro, mas por causa de sua afinidade com um dado grupo, ela pôde retornar, pois a afetividade estivera salvaguardada. Assim, apontam que o “caminho mais importante para uma rede dar certo é o laço afetivo”. Com o “querer estar juntos, participando”, a jovem expressa sobre a interação pessoal, as ligações fortes que dão consistência para um “querer fazer juntos”.

<sup>46</sup> Estaria, talvez, aqui a “saída” não prevista por visões que acham que o “terceiro setor” é tão-somente um campo de produção do cidadão subalterno?

<sup>47</sup> Se a lógica do capital, associada à do mercado, desvincula as pessoas, pois só haveria troca entre “coisas”, aqui há troca de “algo-outro” que, necessariamente, promove a vinculação entre as pessoas. É aqui que acho que está a possibilidade da criação da cidadania ativa dos jovens.



Para finalizar, observo que na perspectiva da produção social de vínculo, a rede é um importante dispositivo alternativo de produção de suportes de identificações sociais para os jovens, pois vem abrir oportunidades de uma trajetória social que não se reduz à pertença a gangues, galeras e drogas... Malgrado a injunção paradoxal produzindo ou reativando conflitos, de ordem individual, grupal ou institucional, os jovens podem vir a produzir um “capital social”<sup>48</sup> a partir dos vínculos que eles estabelecem na comunidade e a partir dessa abertura que lhes são dadas pelas redes institucionalizadas.

---

<sup>48</sup> O “capital social é criado quando as relações entre as pessoas mudam de forma que facilitam suas ações” (COLEMAN, apud FONTES, EICHNER, *op.cit.*, p. 198). “Diferentemente dos outros [tipos de capital] seria estruturado a partir dos vínculos estabelecidos a partir das relações entre as pessoas” (Ibid. id.).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. *Choses dites*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

\_\_\_\_\_. **Réponses**. Paris: Seuil, 1992.

CAILLÉ, A. **Nem holismo nem individualismo** – Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n° 38, p. 5-37, out. 1998.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 2. Morar, cozinhar. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FONTES, B. Souto Maior; EICHNER, K. *Sobre a estruturação de redes sociais em associações voluntárias*: estudo empírico de organizações não-governamentais da Cidade do Recife. **Sociedade e Estado**. Dádiva e solidariedades urbanas. Brasília, v. XVI, n 1-2, p. 186-221, jan./dez. 2001 (Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia).

GODBOUT, J. T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

\_\_\_\_\_. *Introdução à dádiva*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 13, n 38, p. 39-51, out. 1998.

MARTINS, P. H. **A dádiva entre os modernos** – discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002.

PAOLI, M. C. **Empresas e responsabilidade social**: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de S. (org.). **Democratizar a democracia** – os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia** – a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTOS, Boaventura de S. **Pela mão de Alice** – o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. (org.). **Reconhecer para libertar** – os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras** – ações coletivas na era da globalização. São Paulo: HUCITEC, 1999.

TAKEUTI, N. M. **No outro lado do espelho** – a fratura social e as pulsões juvenis. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.